

A realidade da Biblioteca Pública

MARIA CECILIA DINIZ NOGUEIRA *

Análise da contradição presente no conteúdo do discurso de documentos oficiais em relação à realidade das bibliotecas públicas brasileiras.

Este artigo se limita a explicitar o caráter de universalidade contido em alguns itens de documentos oficiais e verificar as particularidades da prática das bibliotecas públicas brasileiras. Isto é, discutir a contradição presente no conteúdo dos discursos oficiais dos órgãos que tratam de bibliotecas públicas, em relação à realidade das mesmas e em termos de Brasil.

Tomemos, por exemplo, o pensamento do Manifesto da Unesco que considera a biblioteca pública como uma «força em prol da educação e da informação e um instrumento indispensável para promover a paz e a compreensão entre povos e nações» (1). Voltando ao contexto brasileiro, o discurso do INL segue a mesma linha liberal e coloca que cabe a esse órgão «criar e dar assistência a bibliotecas em todo o território nacional» (2) e que objetivando ainda a democracia do livro, em todos os planos e áreas, o INL dá uma atenção especial às bibliotecas infantis e bibliotecas volantes. As primeiras visam à conquista de um novo público dentro da coletivi-

* Aluna do Curso de Pós-graduação em Administração de Bibliotecas da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

dade, justamente aquele público do qual dependerá o panorama futuro do país; as segundas são uma tentativa de vencer distâncias e oferecer cultura, de porta em porta, levar «a montanha ao profeta, quando este não pode alcançá-la» (3)

A mensagem que se retira desses itens é que o discurso oficial tem a biblioteca pública como uma necessidade de toda e qualquer sociedade, inclusive considerando a sua presença como indispensável. Porém, ao se analisar uma situação concreta, percebe-se que essa colocação desconhece que cada sociedade tem suas particularidades, que são determinadas estruturalmente pelas condições econômicas, políticas e culturais, as quais limitam ou favorecem a implantação de bibliotecas públicas.⁷

A criação das mesmas, portanto, requer que haja condições propícias para que sejam assimiladas pela sociedade em que estão inseridas. A criação de bibliotecas, como imposição, ou seja, sem contar com uma demanda, leva a sociedade a considerá-las como um corpo estranho e, como tal, rejeitá-las.

Em relação ao público a que esse organismo cultural deve atender, vamos recorrer inicialmente à conceituação de biblioteca pública elaborada pela UNESCO e depois ao discurso do INL para melhor esclarecer a contradição a que se refere. «A biblioteca pública é a que, gratuitamente ou em troca de uma contribuição inicial, serve a uma coletividade particular, uma coletividade local ou regional... Para atingir seus objetivos, a biblioteca pública deve ter acesso fácil e suas portas devem estar igualmente abertas a todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução» (1). Idêntica noção de público está contida nas diretrizes a serem cumpridas pelo INL, ao rezar que «competirá a

ele aplicar grande parte das medidas recomendadas para fazer do Brasil uma verdadeira Democracia Cultural, na qual todos tenham acesso às fontes de conhecimento e o intelectual ocupe a posição merecida» (2).

Retomando o conteúdo desses itens, constata-se que cabe à biblioteca pública estar preparada para atender a todos os seguimentos e estamentos, a todas as faixas educacionais e etárias e a todos os níveis sócio-econômicos da sociedade a que se propõe servir. Portanto, o discurso oficial prega que a biblioteca pública deve cobrir a sociedade como um todo.

Novamente o discurso oficial ao universalizar o papel da biblioteca pública desconhece que os grupos são formados socialmente, e portanto guardam diferenças estruturais que interferem na demanda de utilização das bibliotecas públicas.

A história da biblioteca pública ilustra bem as colocações feitas acima. Isto é, que a criação dessa categoria de organismo cultural implica condições estruturais favoráveis para que se atinja um funcionamento eficiente, e que a sua forma e conteúdo não cobrem a sociedade como um todo, e sim atendem a necessidades específicas de determinados grupos.

A origem da biblioteca pública data de 1850, sendo que a primeira lei de implantação desse organismo cultural nasceu na Inglaterra. As circunstâncias que engendraram as condições sociais para a criação dessa lei estão relacionadas, em última instância, com a Revolução Liberal e a Revolução Industrial. A ideologia vigente naquela época, ao preconizar a liberdade e a igualdade como direitos de todos os indivíduos, deu suporte para o surgimento de movimentos de massa, que exigiam a democratização da educação, enquanto que as inovações técnicas dos instrumentos de trabalho, ao promoverem a necessidade de melhor adestramento da mão-de-obra

disponível, davam força à pressão da massa para obter maior qualificação.

Em relação ao local onde nasceram as primeiras Bibliotecas Públicas, pode-se explicar pelo fato da Inglaterra, berço da Revolução Industrial, apresentar condições econômicas, políticas e culturais já amadurecidas, que possibilitavam condições para uma assimilação mais efetiva do modelo proposto de Biblioteca Pública.

O governo inglês, frente às condições expostas, implantou Bibliotecas Públicas como mais um instrumento para facilitar uma maior especialização da mão-de-obra, visando atender as transformações ocorridas no processo de produção e simultaneamente atender à pressão da massa, no sentido da universalização da educação. Porém, através da forma e conteúdo proposto pelo Estado, esse organismo cultural se constituiu também em mais um mecanismo para resgatar e controlar o movimento de massa.

Assim, além dessas Bibliotecas Públicas terem se originado de uma demanda real de uma dada sociedade, a sua forma e conteúdo foram condicionados, para atender às necessidades particulares de determinados grupos; sendo que os grupos envolvidos tinham interesses particulares e mesmo divergentes. O grupo que controlava o Estado visava manipular a massa e prover a mesma de maior capacidade para aumentar a mais valia. Enquanto que parte da massa, que já tinha conseguido algum nível de escolaridade, utilizava a Biblioteca Pública como meio de obter uma posição no mercado de trabalho.

Para analisar as particularidades das Bibliotecas Públicas brasileiras vamos recorrer primeiramente aos dados estatísticos do IBGE. Esses acusam que em 1974, para uma população que perfazia o total de 104.243.300, apenas 13.240.561 eram usuários desse organismo cultu-

ral. Considerando o alto grau de carência de escolaridade e principalmente o elevado índice de analfabetismo com que convivemos, esses dados revelam que é diminuta a freqüência às nossas Bibliotecas Públicas. Como também que não é suficiente implantá-las sem haver uma demanda de utilização por parte da sociedade.

Em pesquisa, que estamos realizando e onde analisamos a relação da população da cidade de Santa Luzia com a Biblioteca Pública local, constatou-se que pessoas que moram na sua vizinhança, ou seja, que têm acesso físico fácil a esse organismo cultural, não se interessam em freqüentá-la. Sem haver uma demanda efetiva, a implantação de Bibliotecas Públicas não traz em si a freqüência desejada e pregada pelo discurso oficial.

As Bibliotecas Públicas brasileiras também não cobrem a sociedade como um todo. A referida pesquisa em andamento detectou que na Biblioteca Pública de Santa Luzia os usuários pertencem maciçamente à denominada classe média, isto é, o grupo de nível sócio-econômico intermediário aos de alto e baixo poder aquisitivo e que tem possibilidade de acesso à escolaridade a níveis mais altos.

¶A própria localização das nossas Bibliotecas Públicas constitui um entrave à sua utilização pela maior parcela da população. Por exemplo, a Biblioteca Pública de Minas Gerais — atual Centro de Educação Permanente Professor Luís de Bessa — está localizada em bairro classe A, junto aos órgãos centrais do governo estadual, que corresponde a dizer que é ponto que dificulta a freqüência da população da periferia, ou seja, a classe menos favorecida. ¶Esse não é um caso isolado. O que leva Medina, citado por Peres e Fulgêncio a observar que «há uma grande concentração dessas instituições em determinadas áreas geográficas, muito especialmente na região sul, e também nas capitais. Mesmo

nessas, pode-se observar a sua localização em pontos nobres» (6).

Concluindo, a realidade das Bibliotecas Públicas brasileiras não corresponde ao que prega o discurso oficial. A demanda para utilização das mesmas é restrita a determinados grupos e simultaneamente elas funcionam para satisfazer interesses e necessidades particulares desses grupos. Assim têm a sua forma e conteúdo ditados por parâmetros que limitam a sua utilização, não havendo espaço social para a sociedade como um todo e nem para cumprirem todas as suas funções.

Em última análise, as Bibliotecas Públicas brasileiras funcionam como um instrumento do Estado, no sentido múltiplo de favorecer a formação escolar e conter as pressões sociais. Atende a considerada classe média, que luta por um acesso à uma educação mais apurada, como uma tentativa de ascensão social.

Reforça a contradição que é discutida, o fato das Bibliotecas Públicas brasileiras não cumprirem todas as funções declaradas oficialmente, isto é, promover a educação, informação, cultura e recreação. Não apresentam um trabalho voltado para contribuir para a erradicação do analfabetismo, apesar dessa ser uma necessidade básica da nossa sociedade. Também só recentemente surgiu a preocupação de suprir os usuários de informação de caráter utilitário, ou seja, de informações que não são encontradas em documentos e que dão respostas às necessidades do dia a dia, tais como sobre indicação de emprego, burocracia para se tirar documentos, localização de organismos governamentais ou particulares, etc. Em relação à recreação, essa é particularmente negligenciada. Por exemplo, a Biblioteca Pública de Santa Luzia conta apenas com um acervo que visa complementar a aprendizagem escolar.

↳ Na prática as Bibliotecas Públicas brasileiras funcionam quase que exclusivamente como um apêndice escolar do nível de primeiro e principalmente de segundo grau, tanto que Andrade e Magalhães nos colocam que «os estudantes constituem a freqüência majoritária das Bibliotecas Públicas, não só nos países sub-desenvolvidos, onde se poderia atribuir tal fato a inexistência de bibliotecas escolares, mas também em países que contam com boas redes dessas bibliotecas» (7). Reforça essa observação a pesquisa de Peres e Fulgêncio na Biblioteca Pública de Minas Gerais a qual revela que 75% dos empréstimos realizados nesse organismo cultural correspondem a jovens de 15 a 25 anos, sendo que 26% desse total pertencem à faixa etária de 15 a 18 anos (6).

↳ Face ao exposto cabe ao bibliotecário repensar a sua ação no sentido de contribuir para que ocorram transformações reais na sociedade e em particular nesse organismo cultural. 7

Analysis of the existent contradiction between official documents related to the public library and the actual situation of public libraries in Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- 1 UNESCO. Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas. R. Bras. Bibliotecon. Doc. 7(4/6):158-62, abr./jun. 1962
- 2 BRASIL. Instituto Nacional do Livro. Relatório de atividades do Instituto Nacional do Livro. Brasília, 1976. p. 3.
- 3 BRASIL. Instituto Nacional do Livro. A Política Nacional do Livro.
- 4 BRASIL, op. cit. p. 3.

- 5 BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil-1978**. Rio de Janeiro, 1979.
- 6 PERES, Odília C & FULGÊNCIO, Célia M. de O. Pesquisa sobre os usuários da Biblioteca Pública de Minas Gerais.» Prof. Luís de Bessa». **R. Esc. Bibliotecon. UFMG 1(2): 01-12, set. 1972.**
- 7 ANDRADE, Ana Maria Cardoso de & MAGALHÃES, Maria Helena Andrade. O objetivo e funções da Biblioteca Pública. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG, 8(1):48-59, mar. 1975.**